

NECAT

Núcleo de Estudos de Economia Catarinense

TEXTO PARA DISCUSSÃO


009/2014

Comportamento do mercado de trabalho no estado de Santa Catarina no início do Século XXI¹.

Bruna Boni Lavratti

Lauro Francisco Mattei

¹ Este texto é uma versão modificada do relatório final do projeto de pesquisa PIBIC/CNPq – BIP/UFSC 2012/2013



COMPORTAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO NO ESTADO DE SANTA CATARINA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

Bruna Boni Lavratti²

Lauro Mattei³

RESUMO

O final do século XX foi marcado por mudanças estruturais tais como a terceira revolução tecnológica, a abertura comercial e a desregulamentação dos mercados que caracterizaram a fase capitalista conhecida como o “período de globalização” na qual ocorreu a reestruturação do sistema produtivo. Esse processo resultou na precarização das relações de trabalho e na redução de postos de emprego pelas empresas, que sob a égide da globalização e do receituário neoliberal, passam a buscar um sistema de relações de trabalho mais flexível com o objetivo de reduzir os custos. As políticas adotadas pelo Brasil a partir da década de 1990 visaram incorporar a economia nacional nesse cenário global de mudanças. Essas políticas vêm sendo revertidas desde a desvalorização do real em 1999. No Governo Lula (2003-2010), estes resultados foram intensificadas as prioridades no campo social, com a reestruturação das políticas de emprego e de ampliação dos programas sociais voltados ao combate da miséria. O relatório analisa as modificações estruturais do mercado de trabalho de Santa Catarina na última década. Como metodologia, a pesquisa baseou-se quantitativamente nos dados obtidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) disponibilizados pelo IBGE e pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) disponibilizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, para a qualificação da análise dos resultados baseou-se na realização de revisão e pesquisa bibliográfica. Observou-se que a população economicamente ativa (PEA) ocupada cresceu a uma taxa de 1,9% entre os anos de 2001 e 2011. Em contrapartida, os desocupados perderam participação relativa sobre a PEA catarinense. Portanto, entre os anos de 2001 a 2011 a taxa de desemprego aberto obteve uma queda. Observou-se, também, uma maior taxa de crescimento das mulheres no mercado de trabalho, comparativamente aos homens, tendência que vem sendo verificada em todo o país.

Palavras-chave: Mercado de trabalho; reestruturação produtiva; Santa Catarina.

INTRODUÇÃO

² -Estudante de Economia da UFSC. Email: bruna_lti@yahoo.com.br

³ -Professor do curso de Graduação em Economia e de Pós-Graduação em Administração, ambos da UFSC. Email: l.mattei@ufsc.br

A pesquisa teve como objetivo identificar e analisar as transformações estruturais ocorridas no mercado de trabalho catarinense e seu comportamento nos últimos dez anos. Além de apresentar uma breve revisão bibliográfica das transformações ocorridas no mundo e seus reflexos no Brasil e em Santa Catarina, o relatório discute a dinâmica do emprego catarinense, a contribuição dos ramos de atividade e das mesorregiões, além de analisar a dinâmica do desemprego no Brasil e em Santa Catarina, bem como o comportamento do mercado formal catarinense. A qualificação desta última parte se deu por meio do uso de variáveis-chaves, como é o caso da distribuição por gênero, por setores de atividade e por faixas de remuneração.

I - BREVES NOTAS SOBRE ALTERAÇÕES RECENTES NO MUNDO DO TRABALHO

1.1-A Reestruturação Produtiva na esfera global

O final do século XX foi marcado por grandes transformações estruturais que causaram impactos no mundo do trabalho, transformações estas que caracterizam o período chamado de globalização econômica. A mudança do modo de produção aliada a outros fatores como a terceira revolução tecnológica, a nova divisão internacional do trabalho, a desregulamentação dos mercados, a abertura comercial e a maior atuação das empresas transnacionais, levaram a um processo de reestruturação produtiva, seguindo o receituário neoliberal que visava reduzir os custos e aumentar a produtividade do trabalho.

A década de 1980 foi marcada por profundas transformações no mercado de trabalho e no modo como este se insere na estrutura produtiva. A mudança da produção em massa fordista para a produção flexibilizada e especializada do modelo japonês *just in time*, transformou as formas de organização e gestão da produção. O novo modelo utiliza as inovações tecnológicas que otimizam o tempo e reduzem a participação da mão de obra visando à produção com estoques controlados e a especialização de empresas em partes que integram o processo de montagem. Coutinho (1992) atribui o surgimento deste novo paradigma industrial às novas tecnologias de automação flexível, articuladas por processos de engenharia que reestruturaram profundamente as indústrias de bens de capital e serviços.

O novo modelo de produção tem um padrão de acumulação flexível que causa rápidas transformações nos processos desiguais de desenvolvimento. Isso pode se observar tanto entre os setores como também entre as regiões geográficas. Segundo Harvey (1992), isso cria um grande movimento no emprego no setor de serviços. Do ponto de vista do trabalhador nessa fase de mudança do modo de produção, a principal alteração é que para garantir melhor qualidade e o melhor tempo, o trabalhador quebra com a estrutura uma máquina/um trabalhador e passa a operar várias máquinas, ocorrendo a flexibilização da produção (ANTUNES, 1997).

A Terceira Revolução Tecnológica foi desencadeada pelo Japão, a partir da reestruturação industrial, onde a produção em pequena escala de vários modelos de produtos e o aumento da intensificação do trabalho são as características decorrentes dessas mudanças. Essa reestruturação, no entanto, impactou de forma negativa o mercado de trabalho. “O avanço da desregulamentação do mercado, a flexibilização dos contratos de trabalho e das legislações social e trabalhista, a queda nas taxas de sindicalização e no número de greves revelam o maior grau de autonomia das empresas” (POCHMANN, 2002, pág. 34).

Os programas de reformas macroeconômicas, realizadas nos países periféricos por orientação das agências multilaterais, como o FMI e o BIRD, contribuíram no sentido de rebaixar ainda mais os custos do trabalho através de uma série de medidas, destacando-se os contratos de trabalho temporário, os contratos com encargos sociais reduzidos e a flexibilização da jornada de trabalho (CARDOSO, 2004).

A globalização econômica, amparada pelo neoliberalismo, vai significar um processo de interligação das economias possibilitando uma internacionalização destas. O fluxo comercial e de informações entre os mercados vai ser, em muito, acelerado pelas constantes inovações tecnológicas nas áreas de comunicação e informática que possibilitam maior mobilidade do capital produtivo, comercial e financeiro.

Com o processo de globalização, houve uma reestruturação produtiva das empresas transacionais que gerou uma nova divisão internacional do trabalho. A ampliação da atuação das empresas transnacionais, através do deslocamento de plantas industriais para países onde os custos são menores trouxe benefícios a estes países. No entanto, ainda que o governo dê subsídios a essas transnacionais, não se tem garantia de que elas permanecerão no país, pois podem existir outros países que ofereçam mais subsídios e mão-de-obra mais barata. Por outro lado, as transnacionais provocam uma

concentração de renda ainda maior e uma redução na demanda interna dessas economias periféricas (CARDOSO, 2004).

É fato que o sistema capitalista gera desigualdades, sendo que essas desigualdades percorrem também o mundo do trabalho e impactam na sua distribuição. Para Pochmann (2001), o conceito de Divisão Internacional do Trabalho assume relevância como expressão do grau de assimetria geográfica no uso e no rendimento da mão-de-obra em distintas fases históricas da evolução da economia mundial.

A assimetria de distribuição geográfica do trabalho pode ser interpretada pela decisão de localização da empresa e de mobilidade da mão-de-obra, fatores que podem explicar o motivo de uns países serem mais ricos que outros. Outra concepção da distribuição espacial do trabalho é a de repartição própria da lógica capitalista, onde a economia mundial está dividida em classes e há uma hierarquização das economias. A Divisão Internacional do Trabalho seria obra dessa desigual distribuição de poder no mundo (POCHMANN, 2001).

Entendendo a economia capitalista mundial como sendo uma relação estruturada entre centro e periferia, a divisão espacial do trabalho no mundo estaria atrelada a esta relação. O centro representa o poder, é onde as atividades de controle do excedente e a produção e difusão de novas tecnologias se desenvolvem. A periferia é subordinada às lógicas capitalistas do centro e dependente de sua tecnologia, financiamento e crédito.

A diferença na distribuição espacial da divisão do trabalho configura o mundo de hoje. De um lado, os países semiperiféricos produzindo manufaturados com baixa tecnologia, mão-de-obra barata e flexível, uso elevado de matéria-prima e energia e onde as atividades são insalubres e poluidoras e, de outro, os países do centro onde se produz mercadorias de alto valor agregado, geralmente da área de informação, comunicação e de serviços de apoio à produção.

Segundo Cardoso (2004), são os trabalhadores dos países periféricos e semiperiféricos, portanto, os que mais sofrem os efeitos da globalização, em função da liberalização comercial e da desregulamentação do mercado de trabalho. A nova divisão internacional do trabalho aumentou as desigualdades, tanto entre os países centrais e periféricos quanto no interior dos vários grupos de países.

As mudanças estruturais ocorridas no mundo vão se refletir no Brasil, portanto o processo de reestruturação produtiva brasileira ocorrerá à luz da reestruturação produtiva ocorrida no mundo.

Devido ao forte incentivo à industrialização, entre os anos de 1950 a 1980, o Brasil viveu o período de ouro do capitalismo, com grande crescimento da produção. Todavia a partir de 1980 a economia brasileira perde seu dinamismo, sendo que esta perda pode ser explicada pelos efeitos que sofreu com a globalização e com as políticas macroeconômicas adotadas nesta época.

1.2-A Reestruturação Produtiva no Brasil

Com a abertura econômica as importações aumentaram, impactando negativamente sobre as indústrias nascentes que não estavam preparadas para a concorrência internacional. A partir deste período houve também uma reformulação das funções do Estado. Estes fatores de ordem política e econômica contribuíram para a redução dos empregos em geral, inclusive dos postos qualificados, o que significou um retrocesso no desenvolvimento do país. A partir da década de 1980 “observa-se um crescimento da taxa de desemprego, ao mesmo tempo em que ocorre uma estagnação do emprego formal e o alargamento das ocupações informais como fonte de absorção de mão-de-obra” (IPEA, 2006a, p.401).

No Brasil, a reestruturação produtiva chegou apenas nos anos 1990, década marcada pela hiperinflação e pela instabilidade econômica. Com o intuito de resolver tais problemas, o Governo Collor vai implantar o Plano Collor I o qual é fortemente influenciado pela ideologia neoliberal. No entanto, ao invés de resolver os problemas, promoveu uma recessão econômica e ainda enfraqueceu a indústria nascente, que não estava preparada para a concorrência internacional provocada pela abertura econômica (POCHMANN, 2001; MATTEI, 2012).

No final de 1991 o governo aplica um choque monetário e creditício, o que fez com que os juros se elevassem, diminuindo ainda mais o investimento e o PIB brasileiro, que voltaram a crescer em 1993 quando a taxa de juros caiu. O desemprego, causado por essas medidas de cunho neoliberal, não reduziu, em 1993, com o aumento do PIB. Em toda essa década a geração de emprego não respondeu ao crescimento do PIB do país, a explicação para tal evento, segundo Cardoso (2004), é a abertura econômica e a distribuição internacional do trabalho na economia mundial.

Ao longo da década de 1990 foram se reduzindo as tarifas de importações, o que fez com que a produção doméstica fosse substituída pelos produtos importados. Isso com impactos negativos sobre a capacidade de geração de emprego. Após 1994, com o

Plano Real, esse processo de aumento das importações se intensificou devido à sobrevalorização cambial. A partir deste ano o Brasil teve constantes déficits comerciais, o saldo da balança comercial só voltou a ser positivo no ano de 2001, sendo que o real já estava sofrendo desvalorização cambial desde 1999, desestimulando as importações frente às exportações (BALTAR, 2010).

A entrada facilitada de importados contribuiu para a atualização tecnológica das indústrias no Brasil e, por consequência, para os ganhos de produtividade. Esse também é um fator que pode explicar a menor geração de empregos, visto que os incrementos em tecnologia são poupadores de mão-de-obra.

As grandes empresas diminuíram o emprego na década de 1990, reagindo à abertura da economia e valorização da moeda nacional, com racionalização da produção e enxugamento do quadro de pessoal. Todavia voltaram a empregar depois de 1999 e continuaram a ampliar o emprego com a expansão vigorosa das exportações, apesar dos efeitos sobre o preço do dólar, do superávit da conta corrente do balanço de pagamentos e do alto nível das taxas de juros praticadas no país (BALTAR, 2010).

A partir de 1995, com o Governo Fernando Henrique Cardoso, foram adotadas medidas legais que desregulamentaram e flexibilizaram a legislação trabalhista. Alguns autores afirmam que essa precarização das relações de trabalho, se deu em período de crescimento da taxa de desemprego e que, portanto, o que houve na realidade foi uma retirada de direitos dos trabalhadores. No governo FHC também teve início o processo de privatizações das empresas estatais que tinham importante papel estratégico no país. Esse processo seguiu o receituário neoliberal que foi adotado pelos governos a partir dos anos 1980, onde passaram a ser questionadas as funções do Estado (CARDOSO, 2004).

Essas mudanças no mercado de trabalho refletem a diminuição da participação das grandes empresas e órgãos públicos na absorção dos trabalhadores que foram agravadas pela terceirização das atividades antes realizadas por empregados dessas empresas e órgãos públicos. A ampliação do uso de terceiros responde pelo imenso aumento tanto do emprego nas pequenas empresas quanto do trabalho por conta própria. Essas tendências vêm sendo revertidas desde a desvalorização do real em 1999, mas o processo é lento não somente porque tem sido muito limitado o crescimento da economia, mas também porque a população economicamente ativa ainda cresce muito rápido no Brasil, devido à continuidade do aumento da participação feminina na atividade econômica (BALTAR, 2010).

Depois de 1999, as tendências da ocupação que predominaram na década de 1990 foram invertidas. A taxa de desemprego parou de aumentar e começou inclusive a diminuir gradativamente, observa-se que os empregos informais pararam de crescer para dar espaço a um processo de formalização dos postos de trabalho que vem crescendo com certa intensidade (BALTAR, 2010; CEPAL, 2008).

No Governo Lula, estes resultados se intensificaram devido às prioridades dadas no campo social, com a reestruturação das políticas de emprego e da ampliação dos programas sociais voltados a combater a miséria, tais como Fome Zero e Bolsa Família (PRONI; ROCHA, 2010).

Para Proni (2011), “a recuperação da economia e a estabilidade macroeconômica devem ser entendidas como condições necessárias, mas não suficientes, para garantir uma geração adequada de empregos, uma elevação significativa do poder de compra dos salários e uma redução expressiva da miséria e das desigualdades sociais” (PRONI, 2011, pág. 22). Portanto, é necessário que se preserve e amplie as iniciativas no campo da regulação do mercado de trabalho, do fortalecimento da ação sindical, da redistribuição de renda e da universalização da proteção social no Governo Dilma.

Segundo Pochmann (2011), a partir dos anos 2000 o Brasil evitou o aprofundamento do grau de desestruturação do mercado de trabalho. Para isso, implementou-se algumas políticas como a lei geral da micro e pequena empresa e do empreendedor individual, permitindo que houvesse uma crescente expansão da formalização do mercado de trabalho. Essa expansão dos empregos formais é reflexo da retomada do crescimento econômico, especialmente pela expansão do mercado interno.

Apesar disso, ainda tem muito que se melhorar no que se refere às relações de trabalho. Segundo Pochmann (2011, p. 131), “adequada à nova fase de dinamismo do trabalho no setor terciário”, onde, na busca incessante pelo lucro, as empresas terceirizam alguns serviços ou adotam outros tipos de relações de trabalho precárias.

II - OBJETIVOS DA PESQUISA

O projeto de pesquisa tem como objetivo identificar e analisar as transformações estruturais do mundo do trabalho no estado de Santa Catarina no início do Século XXI, tendo como pressuposto básico que estas mudanças estão diretamente relacionadas à

conjuntura econômica e política nacional, a qual determinou novos contornos ao mercado de trabalho do país. Assim sendo, o estudo concentrará seus esforços visando compreender, simultaneamente, as distintas questões que envolvem o comportamento do mercado de trabalho catarinense em seu conjunto e àquelas questões específicas relacionadas aos distintos setores de atividades.

No caso do comportamento geral do mercado de trabalho do estado, a pesquisa procurará caracterizar a evolução da estrutura ocupacional em termos da distribuição da população economicamente ativa; da participação dos diferentes ramos de produção na geração global de emprego, além de analisar o comportamento de alguns indicadores que condicionam a dinâmica do mercado de trabalho, como por exemplo, o nível de renda. Com isso, será possível observar se o trabalho catarinense está ou não apresentando a mesma dinâmica observada recentemente no país. Além disso, o estudo analisará o comportamento das taxas de desemprego do Brasil e de Santa Catarina, procurando identificar se o estado segue a mesma tendência da taxa de desemprego aberto do país.

Este objetivo geral se desdobrará nos seguintes objetivos específicos:

- a) a construção e análise de séries históricas sobre a dinâmica da PEA Catarinense agregadamente;
- b) a construção e análise de séries históricas sobre a evolução da participação dos ramos de atividades no conjunto do emprego do estado, bem como a distribuição do conjunto do emprego urbano e rural;
- c) a construção e análise de séries históricas sobre indicadores de desemprego, procurando identificar os distintos gargalos setoriais;
- d) a construção e análise de séries históricas sobre o comportamento específico do mercado formal de trabalho.

III- PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia adotada caracteriza o presente projeto como um estudo analítico-descritivo, uma vez que seus objetivos estabelecem uma orientação fundamentada em pressupostos humanistas, através da adoção do método qualitativo. Tal enfoque leva ao entendimento dos fenômenos relativos às mudanças no mercado de trabalho sob a perspectiva do comportamento e interação entre atores e agentes econômicos. Neste

caso, destaca-se que a pesquisa de cunho qualitativo envolve a “obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo” (GODOY, 1995, p. 58).

Considerando-se essa linha argumentativa, o estudo será delineado para abranger tanto a pesquisa bibliográfica e documental como a pesquisa empírica. A pesquisa documental será realizada a partir da sistematização de informações e estudos consagrados na literatura especializada. Neste caso, serão tomados como referência os trabalhos realizados por pesquisadores de órgãos governamentais, bem como trabalhos acadêmicos e obras publicadas dos demais pares envolvidos com a temática do mundo do trabalho em outras unidades de ensino e de pesquisa.

Já a parte empírica inclui a coleta e análise de dados quantitativos, com a finalidade de auxiliar na compreensão dos fenômenos relacionados ao mundo do trabalho contemporâneo. Neste caso, as referências serão as informações geradas pelas PNADs (Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio) e pela RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), as quais estão sendo largamente usadas por todos os pesquisadores e estudiosos do mercado de trabalho brasileiro.

Assim, as informações sobre emprego em Santa Catarina levarão em consideração as mudanças metodológicas deste importante instrumento estatístico. Os dados das PNADs publicados a partir de 1992 contêm diversas outras modificações que impossibilitam uma comparação direta com os períodos anteriores. Dentre as principais alterações, destacam-se a inclusão no universo da população economicamente ativa das pessoas que se dedicam à produção para o auto-consumo ou à construção para o próprio uso, além daquelas pessoas que declararam trabalhar, na semana de referência, menos de 15 horas semanais como trabalhadores não-remunerados. Em 2001 os dados das PNADs passaram por uma revisão metodológica, que buscou ampliar o conhecimento da população ocupada e desocupada, sendo esta última a tomada de providências efetivas à procura de trabalho, foram consideradas ações como: contato estabelecido com empregadores, prestação de concurso, inscrição em concurso, consulta a agência de emprego, sindicato ou órgão similar, entre outras. Esta é a principal razão que justifica o estudo restringir seu horizonte de análise entre 2001 e 2011, considerando assim um período de dez anos de análise.

Finalmente, menciona-se que para verificar as possíveis tendências do mercado de trabalho catarinense (tanto geral como formal) será utilizado um modelo econométrico simples chamado *modelo semilog*, visando calcular a taxas de crescimento dos indicadores ao longo do tempo, bem como interpretar a consistência das referidas taxas. A fórmula de cálculo é $(\ln Y_t = \beta_1 + \beta_2 t)$, conforme Gujarati (2000).

IV - COMPORTAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO EM SANTA CATARINA NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI

4.1 -A dinâmica da população economicamente ativa catarinense

Com base nas informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) entre 2001 e 2011 analisaram-se algumas informações gerais. A população em idade ativa, ou seja, com 10 anos ou mais de idade, é subdividida em economicamente ativa e não economicamente ativa. A população não economicamente ativa são as pessoas em idade ativa que não tem emprego e não estão procurando trabalho. A população economicamente ativa é dividida entre os ocupados e os desocupados, sendo que estes últimos são as pessoas que estão desempregadas e tomaram alguma iniciativa a procura de emprego.

Conforme os dados da tabela 1 e do gráfico 1, em 2001 Santa Catarina possuía aproximadamente 3 milhões de pessoas economicamente ativa (PEA), que representava 64,5% da sua população em idade ativa. Em 2011 perdeu participação relativa representando 62,6%, com 3,5 milhões de pessoas economicamente ativas.

Em relação ao nível de ocupação, em 2001 o estado contava com 95,9% da PEA ocupada que correspondia a 2,8 milhões de ocupados. Em 2011 essa proporção aumentou 0,6 pontos percentuais, com 3,3 milhões de ocupados. A PEA ocupada cresceu a uma taxa média de 1,9%, conforme gráfico 1, entre os anos de 2001 e 2011.

Tabela 1: Evolução da PIA, PNEA, PEA e da condição de ocupação (mil pessoas). SC, 2001 e 2011.

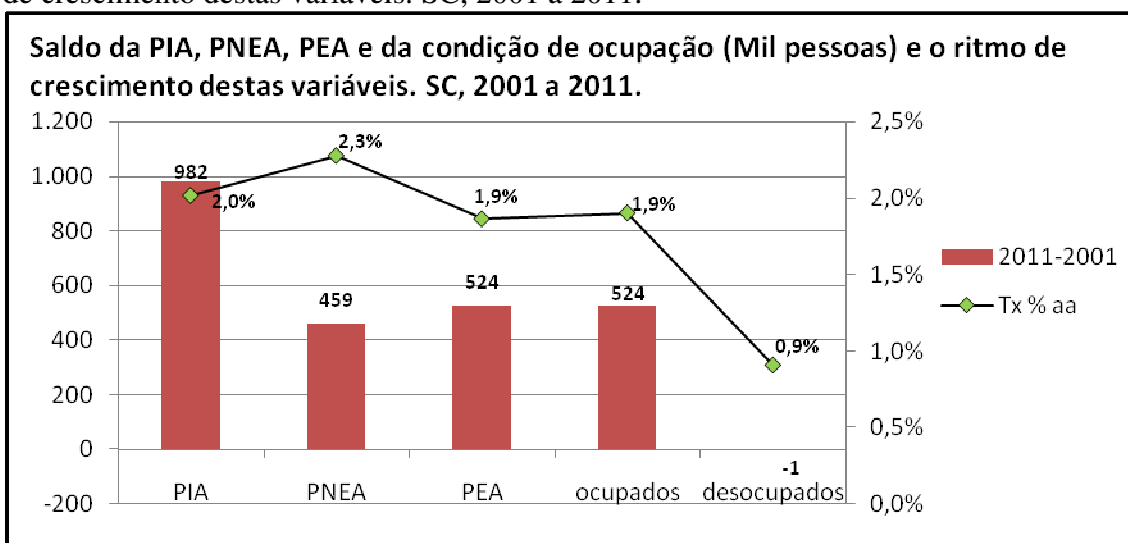
ANO	2001	%	2011	%
PIA	4.595	100,0%	5.609	100,0%
PNEA	1.630	35,5%	2.100	37,4%
PEA	2.965	64,5%	3.509	62,6%
PEA	2.965	100,0%	3.509	100,0%

Ocupada	2.842	95,9%	3.385	96,5%
desocupada	124	4,2%	124	3,5%

Fonte: IBGE/PNAD.

O gráfico 1 nos mostra o saldo das variáveis entre os anos de 2001 e 2011. Nestes dez anos, 524 mil pessoas em idade ativa se tornaram economicamente ativas, sendo que no último ano de análise essa mesma quantia de pessoas economicamente ativas estava ocupada. Ou seja, como os ocupados cresceram no mesmo ritmo da PEA, a economia catarinense foi capaz de ocupar as 524 mil pessoas que entraram em exercício entre os anos de 2001 e 2011.

Gráfico 1: Saldo da PIA, PNEA, PEA e condição de ocupação (Mil pessoas) e o ritmo de crescimento destas variáveis. SC, 2001 a 2011.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE/PNAD.

Em contrapartida, a participação relativa dos desocupados sobre a PEA catarinense caiu, passando de 4,2%, em 2001, para 3,5%, em 2011. Verificamos também que entre 2001 e 2011 os desocupados cresceram a uma taxa média anual de 0,9%, portanto inferior a taxa de crescimento do pessoal ocupado (1,9% ao ano). No período abordado o país enfrentou a crise financeira internacional que afetou o Brasil no segundo semestre de 2008. Nesta crise o governo adotou uma política anticíclica através da expansão da demanda interna, para tanto houve expansão do crédito ao consumidor, redução de alguns impostos, como o IPI (Imposto sobre Produto Industrializado), por exemplo, e também expansão do emprego. Estes podem ser considerados como explicação do saldo negativo de mil desocupados entre os anos de 2001 a 2011.

4.2-Condição do trabalho em Santa Catarina

Com relação à posição na ocupação no trabalho principal percebemos, conforme a tabela 2, que os empregados respondiam no ano de 2011, por 64,9% da PEA catarinense. Em termos absolutos houve um aumento de 692 mil novos empregados na economia entre os anos de 2001 e 2011.

Tabela 2: Evolução da PEA, da condição de ocupação e da posição na ocupação no trabalho principal (Mil pessoas). SC, 2001 e 2011.

ANO	2001	% da PEA	2011	% da PEA	% aa
PEA	2.985	100,0%	3.509	100,0%	1,9%
Ocupada	2.861	95,8%	3.385	96,5%	1,9%
Desocupada	125	4,2%	124	3,5%	0,9%
Empregados	1.587	53,2%	2.279	64,9%	3,8%
Trabalhadores domésticos	159	5,3%	162	4,6%	0,4%
Conta própria	564	18,9%	628	17,9%	0,8%
Empregadores	172	5,8%	164	4,7%	1,6%
Trabalhadores na construção para o próprio uso	2	0,1%	2	0,1%	-3,1%
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	94	3,1%	42	1,2%	-5,5%
Não remunerados	283	9,5%	108	3,1%	-7,7%

Fonte: IBGE/PNAD.

Os empregados e os empregadores, que são as categorias melhor estruturadas do mercado de trabalho, obtiveram as maiores taxas de crescimento anuais, de 3,8% e 1,6%, respectivamente. Isso pode indicar uma maior estruturação do mercado de trabalho catarinense, seguindo as transformações ocorridas no mercado de trabalho brasileiro na primeira década do século XXI, rompendo com o processo de desestruturação da década de 1990. “A primeira podendo refletir o crescimento da demanda por trabalhadores com vínculos mais estáveis e a segunda pode estar relacionada com uma melhora geral na vida econômica, com aumento do consumo, maior disponibilidade de créditos, etc, fatos que estimulam a abertura de novos negócios” (MATTEI ET AL, 2012, pág. 8).

Os trabalhadores domésticos e os trabalhadores por conta própria cresceram a taxas pequenas, da ordem de 0,4% e 0,8% ao ano, respectivamente. É interessante destacar que os trabalhadores por conta própria respondiam por 17,9% da PEA catarinense em 2011, apesar dessa participação ter diminuído ao longo do tempo, pois

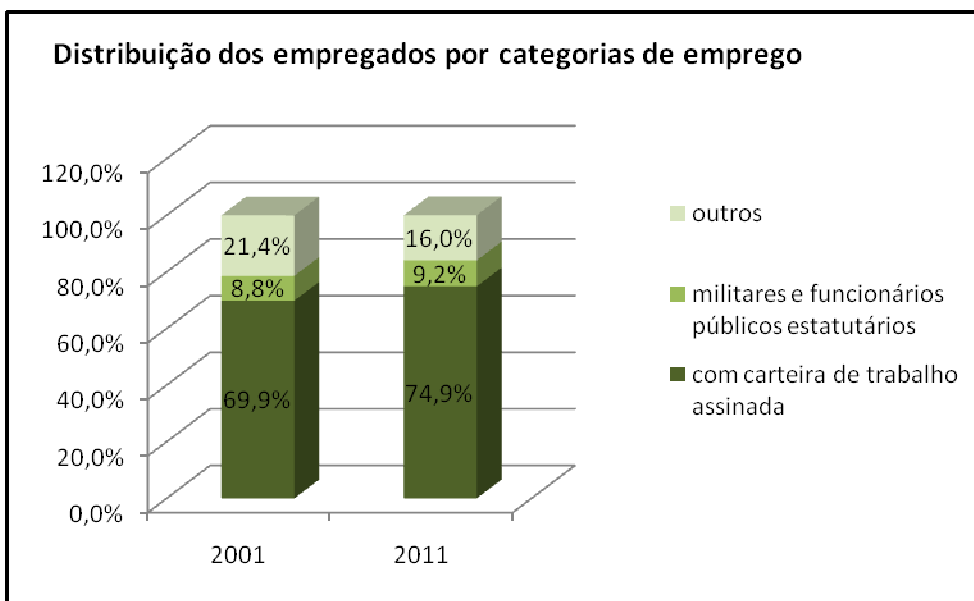
em 2001 correspondia por 18,9% da PEA. Mesmo assim continuam sendo a segunda maior categoria na ocupação no trabalho principal. Apesar de uma maior estruturação do mercado de trabalho catarinense, ainda existe um percentual considerável de pessoas que trabalham por conta própria.

Outro indicativo de uma maior estruturação do mercado de trabalho em Santa Catarina é que as categorias menos estruturadas obtiveram taxas de crescimento negativas. A categoria que teve a maior taxa de crescimento negativo foi a dos trabalhadores não remunerados com uma taxa de crescimento negativo significativa de 7,7% ao ano, representa uma proporção considerável da PEA catarinense mesmo tendo reduzido essa proporção ao longo do tempo, de 9,5% da PEA em 2001 para 3,1% da PEA em 2011. Proni (2011) afirma que a maioria desses trabalhadores não remunerados são ocupados em atividades agrícolas no Brasil. Isso também corresponde ao estado de Santa Catarina.

Os trabalhadores na construção para próprio uso obtiveram uma taxa de crescimento negativa da ordem de 3,1% ao ano. Todavia, essa categoria representa uma parcela muito pequena da PEA catarinense (0,1%). Os trabalhadores na produção para o próprio consumo, que em 2001 representavam 3,1% da PEA catarinense, reduziram sua participação chegando em 2011 a representar apenas 1,2% do total, esta categoria também obteve uma alta taxa de crescimento negativa da ordem de 5,5% ao ano nesta última década.

No que tange a categorias de emprego, os empregados se encontram com uma distribuição mais bem estruturada no mercado de trabalho, tendo aproximadamente 75% de relações de trabalho formalizadas. Entre os anos de 2001 e 2011 observou-se uma melhora nessa distribuição aumentando o percentual das categorias mais estruturadas em detrimento da redução do percentual das categorias menos estruturadas designadas, no gráfico 2, como *outros*, categoria que compreende os sem carteira de trabalho assinada, os escravos, entre outras categorias precárias.

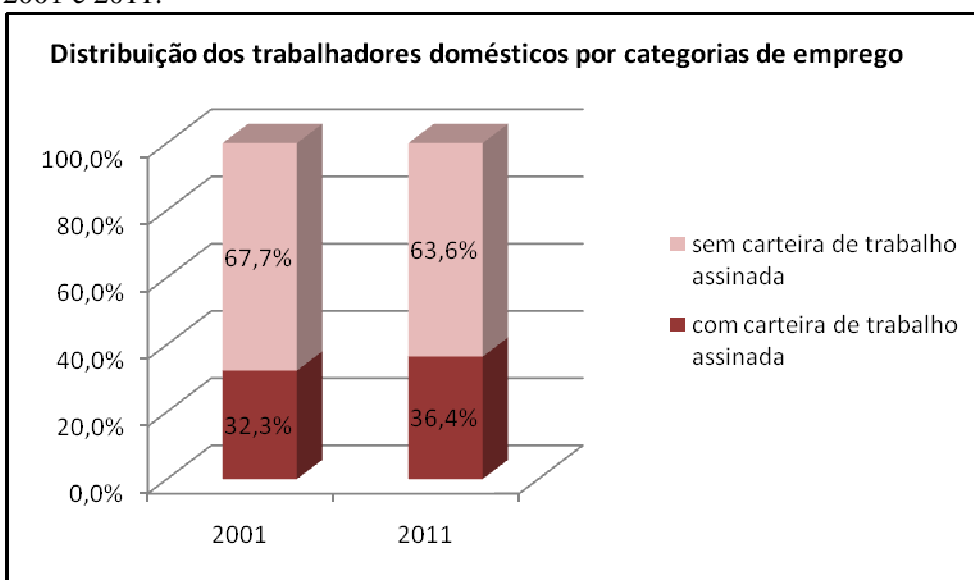
Gráfico 2: Distribuição das categorias de emprego para os empregados. SC, 2001 e 2011.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE/PNAD.

Os empregados com carteira assinada tiveram um aumento da sua participação de 69,9%, em 2001, para 74,9% dos empregados catarinenses em 2011. Os militares e funcionários públicos estatutários também tiveram um aumento na participação sobre os empregados catarinenses de 0,4 pontos percentuais. Por fim, como já observado anteriormente, a categoria do emprego designada como *outros*, teve sua participação reduzida sobre os empregados catarinenses, de 21,4% para 16% em 2011.

Gráfico 3: Distribuição da categoria de emprego para os trabalhadores domésticos. SC, 2001 e 2011.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE/PNAD.

Com relação à distribuição dos trabalhadores domésticos, observamos no gráfico 3 um mercado ainda muito precário, pois a maioria dos trabalhadores domésticos se encontrava sem carteira de trabalho assinada em 2001, realidade que pouco se alterou em 2011.

Em 2001 os trabalhadores domésticos sem carteira assinada representavam 67,7%, passando a representar 63,6% no ano de 2011. Em contrapartida os trabalhadores com carteira de trabalho assinada que em 2001 representavam 32,3% dos trabalhadores domésticos catarinenses, em 2011 o percentual de carteiras assinadas aumentou para 36,4%.

Esse aumento da formalização, mesmo que pequena, dos empregados domésticos ao longo dos dez anos abordados pode ser explicado devido ao movimento geral de formalização do mercado de trabalho, como também pode ser reflexo da maior regulação trabalhista desta categoria de emprego, especialmente após a aprovação de legislação específica para este setor de atividade econômica.

4.3-Evolução da participação dos ramos de atividade na PEA ocupada

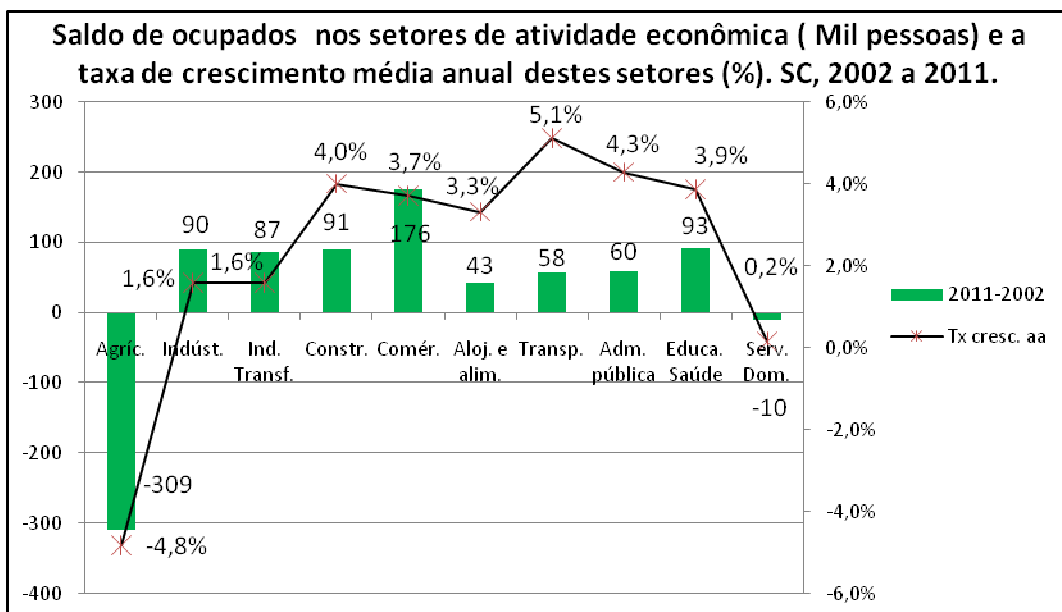
A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD não têm disponíveis os dados dos ramos de atividade para o ano de 2001. Por este motivo a série histórica começa no ano de 2002 e compreende um período de análise de nove anos.

Com relação ao saldo de pessoas ocupadas nos setores de atividade econômica, conforme os dados apresentados no gráfico 4, entre 2002 e 2011, a maioria obteve saldos positivos, com exceção de dois setores: agricultura e serviços domésticos.

Nestes nove anos o setor de agricultura apresentou uma taxa negativa de 4,8% ao ano, perdendo 309 mil pessoas que estavam ocupadas na referida atividade. Já o setor de serviços domésticos, apesar de obter um crescimento positivo nestes nove anos, cresceu num ritmo muito baixo, em média apenas 0,2% ao ano, contudo, ficou com um saldo negativo de 10 mil pessoas que eram ocupadas nesta atividade.

O setor da indústria criou 90 mil novos postos de trabalho durante essa década, destes, só a indústria de transformação foi responsável por ocupar 87 mil novos trabalhadores. Portanto, a indústria de transformação foi capaz de puxar o ritmo de crescimento da indústria para 1,6% ao ano entre os anos de 2002 a 2011.

Gráfico 4: Saldo de pessoas ocupadas nos setores de atividade econômica (Mil pessoas) e a taxa de crescimento média anual destes setores (%). SC, 2002 a 2011.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE/PNAD.

O ramo da construção civil apresentou um ritmo muito forte de crescimento entre 2002 e 2011, crescendo a uma taxa média de 4% ao ano. Isso fez com que em uma década a construção civil fosse responsável por ocupar 91 mil novos trabalhadores.

O ramo de atividade que mais gerou novos postos de ocupação foi o ramo de comércio, seu saldo foi de 176 mil novos trabalhadores no ramo só nestes últimos nove anos, é um setor que vem crescendo bastante, em média 3,7% ao ano.

Os ramos de alojamento e alimentação e de educação, saúde e serviços sociais criaram 43 mil e 93 mil novas ocupações, respectivamente. O primeiro cresceu a uma taxa média de 3,3% ao ano entre 2002 e 2011, já o segundo cresceu num ritmo mais acelerado, 3,9% ao ano.

Com uma taxa média de crescimento de 5,1%, o ramo de transporte foi o ramo que obteve o maior ritmo de crescimento nestes últimos nove anos, assim 58 mil novas ocupações foram criadas no ramo de transporte neste período. O segundo maior ritmo de crescimento foi no ramo da administração pública, 4,3% ao ano, este foi responsável por mais 60 mil ocupações nesta última década.

Sendo o setor terciário composto pelos seguintes ramos de atividade econômica: comércio, alojamento e alimentação, transporte, administração pública, educação; saúde e serviços sociais e serviços domésticos. Podemos concluir que o dinamismo gerador de novas ocupações no mercado de trabalho está fortemente concentrado no setor terciário, sendo que o comércio foi responsável por 42% das 420 mil novas ocupações geradas neste setor entre 2002 e 2011. Enquanto que o setor secundário criou poucas ocupações neste período, o setor primário reduziu fortemente o número de ocupados.

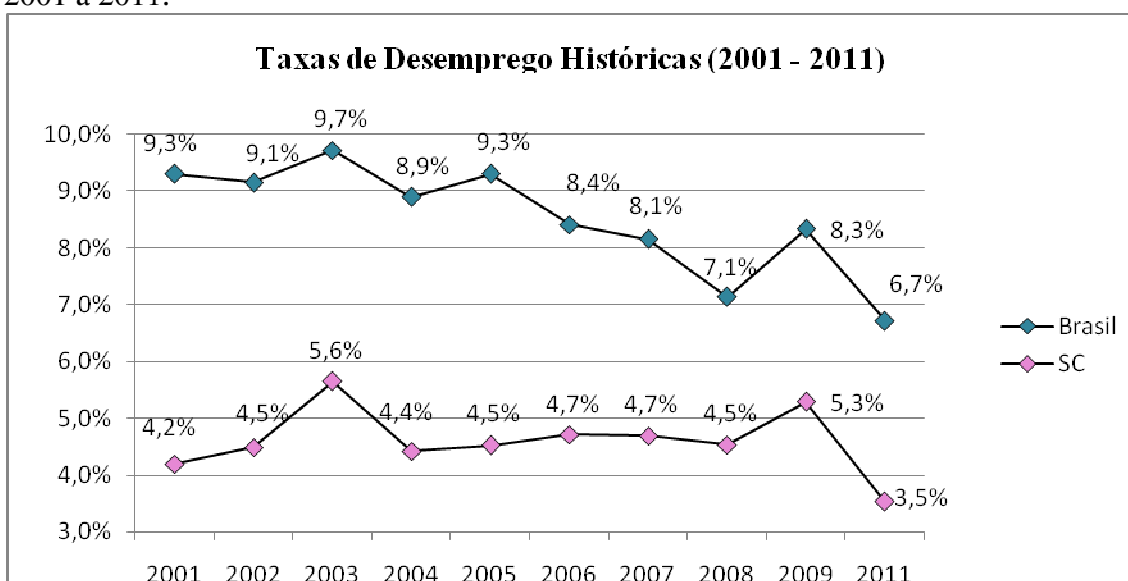
4.4-Desemprego

Segundo os dados da PNAD, a taxa de desemprego aberto de Santa Catarina era de 4,2% em 2001, passando para 3,5% em 2011. No período estudado o pico mais alto da taxa de desemprego ocorreu no ano de 2003 que chegou a taxa de 5,6%, já o pico mais baixo foi em 2011, com uma taxa de desocupação de 3,5%. Em relação à taxa de desemprego do Brasil, os números são mais preocupantes, pois a taxa mais baixa foi de 6,7% em 2011 e a taxa mais alta foi de 9,7% em 2003.

No entanto, percebe-se que apesar de mais baixa, a taxa de desemprego aberto em Santa Catarina acompanha a tendência da taxa de desemprego aberto nacional, ou seja, em 2003 há um aumento da taxa de desemprego brasileira a qual foi acompanhado pela taxa de desemprego catarinense, assim como em outros períodos em que ocorreu mudanças acentuadas.

Esse aumento do desemprego em 2003 acompanhado de uma redução abaixo dos patamares de 2002 pode ser explicado pela crise econômica na Argentina em 2002, os efeitos desta crise foram sentidos no Brasil em 2003, onde observamos que houve um aumento acentuado da taxa de desemprego aberta tanto no país como em Santa Catarina.

Gráfico 5: Taxas de desemprego históricas do Brasil e de Santa Catarina nos anos de 2001 a 2011.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE/PNAD.

O aumento da taxa de desemprego em 2009, mais acentuada para o Brasil em comparação com a taxa catarinense, pode ser explicado pela crise financeira que atingiu o sistema econômico mundial a partir do segundo semestre de 2008.

Para superar a crise o governo brasileiro adotou medidas anticíclicas, através do incentivo à demanda interna. Isso fez com o que houvesse um aumento na demanda por trabalhadores no período pós-crise, gerando, portanto, uma drástica redução do desemprego no ano de 2011, como ilustrado no gráfico acima.

4.5-Distribuição do emprego rural e urbano

Com relação às pessoas em idade ativa, que são aquelas com 10 anos ou mais de idade, entre os anos de 2001 e 2011, conforme a tabela 3, observa-se que houve um aumento das pessoas que tem emprego ou estão à procura de um emprego, ou seja, as pessoas economicamente ativas, no meio urbano. No entanto, no meio rural observou-se que o número de PEA caiu. Em 2001 eram 662 mil pessoas economicamente ativas no meio rural, enquanto em 2011 esse número caiu para 561 mil pessoas, o que representou nesse período uma taxa de crescimento média negativa de 1% ao ano.

Tabela 3: Pessoas de 10 anos ou mais de idade (PIA) por condição de atividade na semana de referência, segundo sexo e situação do domicílio (mil pessoas). SC, 2001 e 2011.

Condição de atividade		Situação do domicílio		2001	%	2011	%	Taxa %
		Sexo						
Economicamente ativa	Total	Total		2.985	100,0%	3.509	100,0%	1,9%
		Homem		1.727	57,9%	1.998	56,9%	1,7%
		Mulher		1.258	42,1%	1.511	43,1%	2,1%
	Urbana	Total		2.323	100,0%	2.948	100,0%	2,6%
		Homem		1.346	57,9%	1.657	56,2%	2,3%
		Mulher		977	42,1%	1.291	43,8%	2,9%
		Total		662	100,0%	561	100,0%	-1,0%
		Homem		381	57,6%	341	60,8%	-0,9%
		Mulher		281	42,4%	220	39,2%	-1,2%
	Rural	Total		1.641	100,0%	2.100	100,0%	2,3%
Homem			589	35,9%	771	36,7%	2,9%	
Mulher			1.053	64,2%	1.328	63,2%	1,9%	
Total			1.417	100,0%	1.734	100,0%	1,8%	
Homem			514	36,3%	627	36,2%	2,1%	
Mulher			902	63,7%	1.107	63,8%	1,6%	
Não economicamente ativa	Urbana	Total		225	100,0%	366	100,0%	5,4%
		Homem		74	32,9%	144	39,3%	7,9%
	Rural	Homem		151	67,1%	221	60,4%	4,1%
		Mulher						

Fonte: IBGE/PNAD.

Já com relação às pessoas não economicamente ativas, que são aquelas pessoas que não tem emprego e nem estão à procura de um emprego, apresentou um aumento entre estes dez anos analisados tanto no meio urbano quanto no meio rural, no entanto, ritmo de crescimento médio de pessoas não economicamente ativas é bem maior no meio rural do que no urbano, sendo de 2,1% no meio urbano 5,4% ao ano no meio rural.

Ainda com relação à PNEA, em Santa Catarina a maioria das pessoas nesta situação são mulheres, 63,2% do total em 2011, sendo que os homens representam apenas 36,7% do total de pessoas não economicamente ativas no estado para o mesmo ano, isto se verifica também no meio rural e no meio urbano, e ao longo dos 10 anos de análise essa proporção não se alterou significativamente.

Em 2001 existia um total de 887 mil pessoas em idade ativa no meio rural em Santa Catarina, já 2011 esse número aumentou para 927 mil pessoas no meio rural. Ao longo dos 10 anos verificamos um movimento da população rural em idade ativa. Esse fluxo vai no sentido de pessoas economicamente ativas que passaram a ser pessoas não economicamente ativas. Este movimento foi puxado principalmente pela população masculina, pois os homens não economicamente ativos cresceram num ritmo acelerado de 7,9% ao ano nestes 10 anos.

Dentro da PEA, as mulheres apresentaram um crescimento de 2,1%, superior aos dos homens. Esse movimento foi puxado primordialmente pela PEA feminina urbana, já que no meio rural o crescimento médio anual foi negativo da ordem de 1,2% ao ano.

Conforme dados da tabela 3, a participação dos homens economicamente ativos aumentou em números absolutos, mas obteve uma queda em termos relativos de um ponto percentual entre 2001 e 2011. Esse aumento em termos absolutos foi puxado, assim como para as mulheres, pela PEA urbana, pois no meio rural a PEA masculina também cresceu a uma taxa média negativa de 0,9% ao ano.

5 - O MERCADO DE TRABALHO FORMAL

As consequências sobre a economia e as relações de trabalho causadas pelo fim do amparo do Estado como promotor do desenvolvimento e pela abertura comercial e os planos de estabilização econômica, também atingiram o estado de Santa Catarina. Com uma estrutura produtiva diversificada, com forte participação no setor agrário exportador e expressiva produção industrial, descentralizada e possuidora de um grau de

formalização relativamente alto em relação às outras regiões brasileiras, o estado acompanhou as mudanças por que passou a economia nacional.

O número absoluto de empregos formais no estado catarinense vem acompanhando a dinâmica brasileira, em que se verifica uma evolução crescente do total de empregados com carteira assinada.

Tabela 4: PEA ocupada e PFT em Santa Catarina, nos anos de 2001 e 2011 (mil pessoas).

	2001	2011	var. absoluta	Taxa % a.a.
PEAocup.	2.861	3.385	524	1,9%
PFT	1.156	2.062	906	5,83%
PEAocup. - PFT	1.705	1.323	-382	
PFT/PEAocup.	40,4%	60,9%		

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do MTE/RAIS e IBGE/PNAD.

Considerando que a população economicamente ativa (PEA) ocupada abriga tanto o mercado formal como o mercado informal de trabalho, a tabela 4 apresenta uma comparação entre os dados da PEA ocupada e os postos formais de trabalho (PFT) no estado de Santa Catarina entre os anos de 2001 e 2011.

Observando os dados da tabela 4 percebemos que há uma mudança significativa da participação dos postos formais na PEA catarinense. A taxa de crescimento média do emprego formal entre os anos de 2001 e 2011 foi de 5,83% ao ano, portanto superior à taxa de crescimento da população economicamente ativa ocupada, de 1,9% ao ano. Este crescimento possibilitou que a participação dos postos formais sobre a PEA ocupada catarinense, que em 2001 era de 40,4%, chegasse a 60,9%. Com isso, podemos afirmar que mais da metade da população economicamente ativa catarinense está incluída no mercado de trabalho formal.

Houve um aumento de 906 mil postos de trabalho formais entre os anos de 2001 e 2011, superior ao incremento de 524 mil pessoas ocupadas no mesmo período. Isso significa que o mercado de trabalho regulamentado foi mais do que capaz de abrigar todo o crescimento do pessoal ocupado catarinense nestes anos. Este incremento dos PFT acima da PEA ocupada catarinense deu condições para que 382 mil trabalhadores saíssem do mercado informal de trabalho entre os anos de 2001 e 2011. Mesmo que estes dados representem uma melhora no mercado de trabalho catarinense, 1.323 mil trabalhadores estão fora do mercado de trabalho protegido no ano de 2011.

Tabela 5: Distribuição dos PFT em SC entre 2001 a 2011.

Ano	Total
2001	1.155.712
2002	1.235.612
2003	1.292.407
2004	1.406.247
2005	1.486.969
2006	1.598.454
2007	1.697.800
2008	1.777.604
2009	1.838.334
2010	1.969.654
2011	2.061.577
Taxa % a.a.	5,8%

Fonte: MTE/RAIS.

O número absoluto de postos de empregos formais no estado catarinense apresentou na última década do século XXI uma evolução crescente, conforme tabela 5. Entre 2001 e 2011 os postos formais de trabalho cresceram a uma taxa média de 5,8% ao ano. O total de empregos formais do estado aumentou sua participação absoluta de 1.155 mil em 2001, para 2.061 mil em 2011 totalizando um aumento de 905.865 PFT no período.

Tabela 6: Total de PFT em SC por gênero nos anos de 2001 e 2011.

Gênero	2001	%	2011	%	Tx.cresc a.a
Masculino	713.211	62%	1.154.703	56%	4,8%
Feminino	442.501	38%	906.874	44%	7,3%
Total	1.155.712	100%	2.061.577	100%	5,8%

Fonte: MTE/RAIS.

Em 2001, cerca de 62% dos postos formais do estado eram ocupados pelos homens e apenas 38% pelas mulheres. Depois de uma década esta distribuição ficou mais equitativa, sendo que as mulheres passaram a participar mais do mercado de trabalho e a ocupar os postos de trabalho mais protegidos. Assim, no ano de 2011 as mulheres ocupavam 44% dos postos formais de trabalho do estado contra 56% dos homens. Mesmo que os homens ainda predominam no mercado formal de trabalho em Santa Catarina, as mulheres vêm crescendo a uma taxa média de aproximadamente 7,3% ao ano, enquanto os homens crescem a uma taxa aproximada de 4,8% ao ano. Isso indica que uma tendência geral do mercado de trabalho, de maior participação das mulheres, também está presente em Santa Catarina.

5.1-O mercado de trabalho formal e os setores de atividade econômica

Pela análise da tabela 7, observamos que entre 2001 e 2011 alguns setores perderam participação relativa na geração de vínculos formais no estado, apesar da tendência ser de um crescimento do emprego formal em todos os setores.

Tabela 7: Distribuição da taxa de participação dos PFT segundo setores de atividade em Santa Catarina nos anos de 2001 e 2011.

ANO	2001	%	2011	%	Tx. % a.a
EXTR MINERAL	5.375	0,5%	7.607	0,4%	3,8%
IND TRANSF	390.330	33,8%	644.455	31,3%	5,1%
SERV IND UP	13.452	1,2%	18.796	0,9%	3,6%
CONSTR CIVIL	41.836	3,6%	98.124	4,8%	9,4%
COMERCIO	197.839	17,1%	415.977	20,2%	7,5%
SERVICOS	306.550	26,5%	592.052	28,7%	6,6%
ADM PUBLICA	166.178	14,4%	240.811	11,7%	3,6%
AGROPECUARIA	34.152	3,0%	43.755	2,1%	2,0%
TOTAL	1.155.712	100,0%	2.061.577	100,0%	5,8%

Fonte: MTE/RAIS.

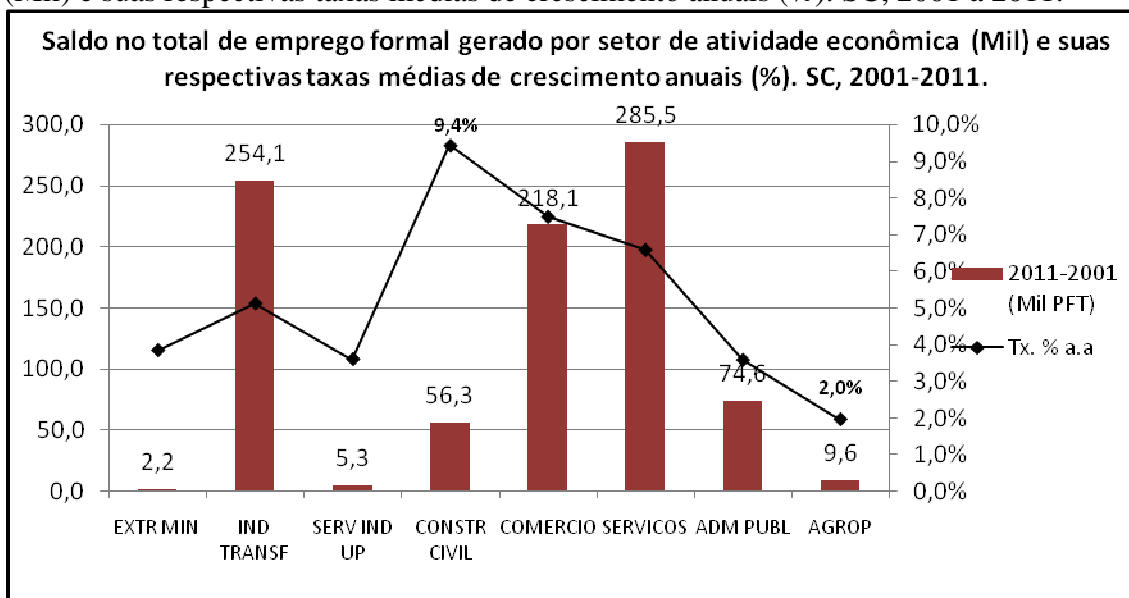
O setor de extração mineral cresceu a uma taxa média de 3,8% ao ano. Em 2001 possuía uma participação absoluta de 5,3 mil postos formais de trabalho e em 2011 passa a representar cerca de 7,6 mil PFT. Este é o setor com a menor parcela de PFT no estado. E conforme o gráfico 6, este setor foi responsável pela geração de 2,2 mil postos formais nestes 10 anos de análise.

O setor de serviços industriais de utilidade pública cresceu a uma taxa média de 3,6% no período abordado. Em termos absolutos a quantidade de PFT aumentou, ficando com um saldo positivo entre 2001 e 2011 de 5,3 mil postos formais.

Assim como os setores de extração mineral e de serviços industriais de utilidade pública, o setor da indústria de transformação também perdeu participação relativa na geração de postos formais no estado entre os anos de 2001 a 2011, uma perda de 2,5 pontos percentuais, representando em 2011 aproximadamente 31,3% dos postos formais catarinenses. Este também é o setor responsável pela maior parcela dos empregos formais do estado. Passou de uma participação absoluta em 2001 de 390 mil trabalhadores para 644 mil em 2011, portanto gerou 254,1 mil novos postos de trabalho formais, apresentando no período uma taxa de crescimento médio de 5,1% ao ano.

A construção civil, outro importante setor da economia, apresentou grande expansão ao longo desses dez anos, com um forte ritmo de crescimento de 9,4% ao ano, demonstrando ser o setor que mais cresceu nesse período. Neste ritmo, o setor da construção civil foi capaz de gerar 5,3 mil novos posto de trabalho entre 2001 e 2011.

Gráfico 6: Saldo no total de emprego formal gerado por setor de atividade econômica (Mil) e suas respectivas taxas médias de crescimento anuais (%). SC, 2001 a 2011.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do MTE/RAIS.

Neste período de dez anos, os setores de construção civil, comércio e serviços cresceram a taxas superiores a média estadual e ampliaram tanto a sua participação relativa quanto absoluta na geração de emprego formal no estado. Os serviços cresceram a uma taxa média anual de 6,6% e o comércio a uma taxa média de 7,5% ao ano. O comércio apresentava em 2001 uma participação absoluta de 197 mil PFT, número que em 2011 passa de 415 mil empregos formais. O setor de serviços tem uma participação absoluta mais significativa ainda, passando de 306 mil em 2001 para 592 mil em 2011. Conforme gráfico 6, o setor de serviços foi o responsável pela geração do maior número de novos postos formais de trabalho, 285,5 mil, em Santa Catarina. O setor do comércio foi o terceiro, logo atrás da indústria de transformação, que mais contribuiu para a geração de novos postos de trabalho protegidos.

A administração pública cresceu em média 3,6% ao ano, em 2001 apresentava 166 mil PFT chegando, em 2011, com 240 mil PFT. Esse crescimento dos empregos formais pode ser atribuído às políticas de expansão de gastos nas administrações públicas. Assim, este setor ficou com um saldo positivo de 74,6 mil postos formais entre os anos de 2001 e 2011.

A agropecuária atingiu uma média de crescimento anual de 2,0%, sendo o setor que menos cresceu no período. O crescimento da atividade no decorrer dos 10 anos mostrou um incremento de aproximadamente 9,6 mil novos postos de trabalho em

relação ao nível de empregos formais existente em 2001. Em termos absolutos terminou a década com cerca de 43 mil postos de empregos formais.

Mesmo que o setor secundário ainda tem uma grande importância na geração de empregos formais no estado, puxado principalmente pela indústria de transformação, percebemos que os setores de comércio e serviços vêm aumentando sua participação na geração de trabalho em Santa Catarina, sendo que estes cresceram acima da média estadual. Isso indica que a tendência do mercado de trabalho, verificada por Pochmann (2011, p. 131), onde o setor terciário dita a dinâmica do mercado de trabalho brasileiro, também se verifica no estado de Santa Catarina.

5.2-O mercado formal e a remuneração dos empregos formais

Com relação à distribuição dos PFT segundo as faixas de remuneração observamos que as faixas de salários mais baixas foram as que mais cresceram entre os anos de 2000 e 2010. A quantidade de PFT que recebem até um salário mínimo aumentou a uma taxa de 8,4% ao ano. Os postos formais que recebiam até 1 salário eram 29.608 em 2001 chegando a 64.814 em 2011.

Tabela 8: Distribuição dos PFT segundo faixa de remuneração em Santa Catarina nos anos de 2001 e 2011.

REMUNERAÇÃO	2001	%	2011	%	Tx. % a.a
ATÉ 1 SM	29.608	2,6%	64.814	3,1%	8,4%
DE 1 A 3	701.841	60,7%	1.449.626	70,3%	7,4%
DE 3 A 5	224.543	19,4%	288.209	14,0%	2,1%
DE 5 A 10	132.087	11,4%	143.770	7,0%	0,3%
MAIS DE 10	65.573	5,7%	60.165	2,9%	-1,8%
TOTAL	1.155.712	100,0%	2.061.577	100,0%	5,8%

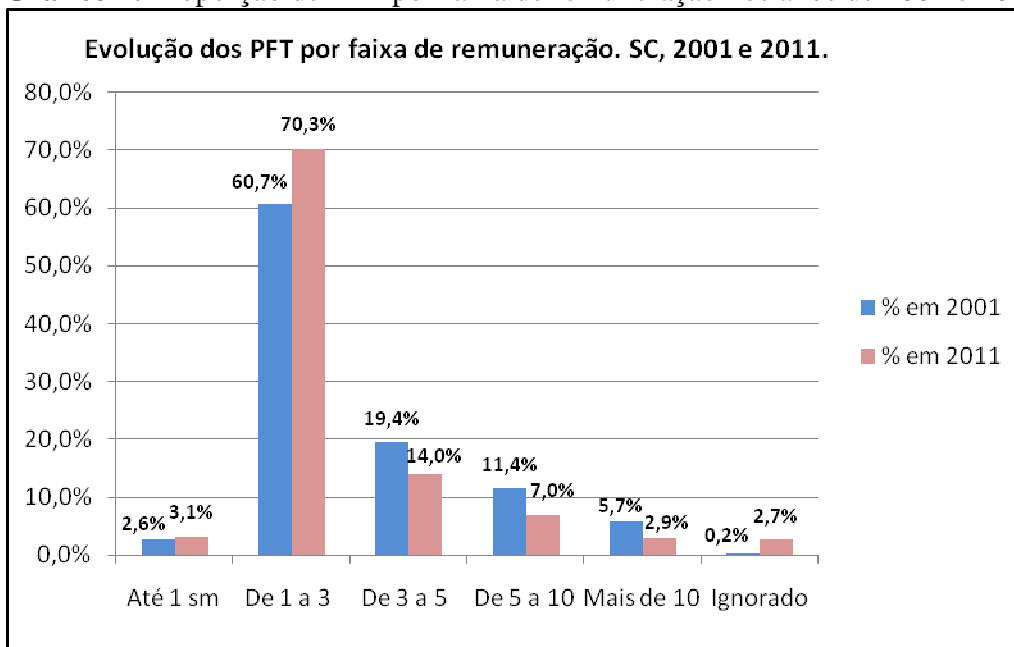
Fonte: MTE/RAIS.

Na faixa de 1 a 3 salários mínimos no ano 2001 era onde se concentrava a maioria dos PFT, 60,7%, com 701.841, uma década depois a distribuição piorou, pois em 2011 a maioria dos PFT continua se concentrando nas faixas de 1 a 3 salários, só que agora abrigando 70,3% dos postos formais do estado nesta faixa, com um crescimento de 7,4% ao ano, dos mais de 2 milhões de PFT do estado, cerca de 1,4 milhões recebem entre 1 a 3 salários mínimos.

O gráfico 7 facilita a visualização da discrepância entre as faixas de remuneração nos anos 2001 e 2011, observamos que após uma década a faixa de 1 a 3 salários mínimos absorveu a queda de postos formais das faixas de renda mais altas. A faixa de 3 a 5 salários mínimos que em 2001 absorvia 19,4% dos postos formais do

estado, no final da década reduziu sua participação para 14%. As faixas de remuneração de 3 a 5 e de 5 a 10 salários mínimos cresceram a taxas muito baixas, 2,1% e 0,3% ao ano, respectivamente. Já a faixa de remuneração dos PFT com mais de 10 salários mínimos cresceu a uma taxa negativa de 1,8% ao ano.

Gráfico 7: Proporção de PFT por faixa de remuneração nos anos de 2001 e 2011.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do MTE/RAIS.

Percebemos que houve um aumento dos postos de trabalho formais indicando uma maior estruturação do mercado de trabalho catarinense. No entanto, há uma concentração de mais de 70% dos PFT nas faixas de rendimento mais precárias, até três salários mínimos.

5.3-Contribuição das mesorregiões para o conjunto do emprego formal

Santa Catarina caracteriza-se por ser um estado diversificado tanto culturalmente como economicamente. Sua formação heterogênea, estruturada pela miscigenação de varias etnias, culminou em uma distribuição desigual de postos de trabalho pelas mesorregiões do Estado. Com base nas informações da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), constatou-se que a evolução dos PFT regional ocorreu de uma maneira diferenciada. Apesar disto, verificamos que há uma tendência de estruturação do mercado de trabalho com o aumento dos postos formais de trabalho.

A partir dos dados da tabela 9 e do gráfico 8, foi analisado a composição do emprego formal dentre as mesorregiões do estado. Em 2001, observa-se pouco mais de 1 milhão de empregos formais no estado; número que quase duplica nos dez anos

seguintes. A média de crescimento entre 2001 e 2011 do estado é de 5,8% ao ano, a média das diversas regiões ocorreu de forma homogênea, com destaque para região do Vale do Itajaí, que cresceu acima da média estadual, aproximadamente 6,4% ao ano, foi também a mesorregião que mais criou postos de trabalho formais, com 288.482 em 2001 e em 2011 chegou a 534.456 postos formais.

Tabela 9: Distribuição dos PFT segundo mesorregiões de Santa Catarina nos anos de 2001 a 2011.

ANO	OESTE CATARINENSE	NORTE CATARINENSE	SERRANA	VALE DO ITAJAÍ	GRANDE FLORIANÓPOLIS	SUL CATARINENSE	TOTAL
2001	189.890	230.314	59.222	288.482	241.749	146.055	1.155.712
2002	206.602	249.376	63.059	303.884	258.647	154.044	1.235.612
2003	217.177	260.138	66.042	320.371	267.720	160.959	1.292.407
2004	240.317	282.630	72.334	347.338	292.445	171.183	1.406.247
2005	253.936	286.620	73.350	377.170	315.095	180.798	1.486.969
2006	271.596	307.585	74.915	405.155	342.566	196.637	1.598.454
2007	289.980	328.390	77.297	431.657	365.837	204.639	1.697.800
2008	306.099	345.504	78.836	451.668	382.355	213.142	1.777.604
2009	313.301	353.933	79.535	474.156	394.268	223.141	1.838.334
2010	329.741	380.656	85.189	514.309	418.367	241.392	1.969.654
2011	349.651	396.647	88.891	534.456	437.717	254.215	2.061.577
Tx. % a.a	6,0%	5,3%	3,7%	6,4%	6,1%	5,6%	5,8%

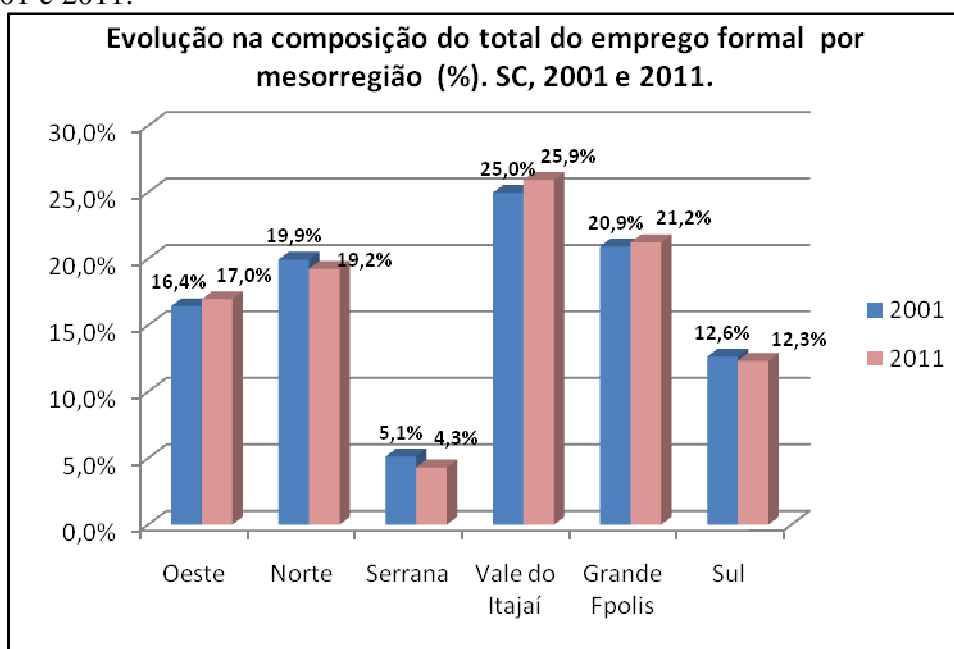
Fonte: MTE/RAIS.

É na mesorregião do Vale do Itajaí que se encontram a maioria dos trabalhadores formais do estado, 25,9% de acordo com o gráfico 8, seguida pela mesorregião da Grande Florianópolis que cresceu a uma taxa de 6,1% ao ano, criando 195.968 novos postos formais de trabalho neste período. Esta região é responsável por 21,2% dos PFT do estado.

A mesorregião do Oeste Catarinense ganhou participação relativa na geração de postos formais no estado, em 2001 era responsável por 16,4% dos PFT, em 2011 alcançou 17% dos PFT do estado, esta mesorregião está se equiparando com a do Norte Catarinense em quantidade de postos formais, pois esta última que em 2011 se encontra entre as três mesorregiões com mais PFT perdeu participação relativa nestes últimos dez anos de análise, em 2001 era responsável por 19,9% do PFT do estado, em 2011 essa participação caiu para 19,2%.

Entre 2001 e 2011 a mesorregião Norte cresceu abaixo da média estadual, 5,3% ao ano, enquanto que a mesorregião do Oeste Catarinense cresceu a uma taxa superior de 6% ao ano. No período abordado gerou 159.761 novos postos de trabalho formais, quase a mesma quantidade que a região norte catarinense gerou no mesmo período, ou seja, 166.333 novos PFT.

Gráfico 8: Evolução na composição do total do emprego formal por mesorregião (%). SC, 2001 e 2011.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do MTE/RAIS.

A mesorregião Sul Catarinense também cresceu abaixo da média estadual, 5,6% ao ano e também obteve perda da participação relativa na composição total do emprego formal do estado, em 2001 era responsável por 12,6% do total dos PFT, em 2011 sua participação caiu para 12,3% do total. Nestes dez anos obteve um saldo positivo de PFT, portanto foi capaz de gerar 108.160 novos postos formais de trabalho.

Por fim, a mesorregião Serrana foi a mesorregião que cresceu no ritmo mais lento de todo o estado, a uma taxa de 3,7% ao ano. Assim como as mesorregiões Norte e Sul, a região Serrana também perdeu participação relativa nesta última década. Em 2001 era responsável por 5,1% dos PFT do estado, o que em números absolutos dava 59.222 postos formais. Em 2011 ficou responsável por apenas 4,3% dos PFT do estado, o que em números absolutos representava um total de 88.891 postos de trabalho formais. Esta é a mesorregião menos dinâmica, em termos de criação de PFT, do estado de Santa Catarina.

O processo de acumulação flexível que envolve mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, já foi observado entre os setores da economia. Com a análise mesorregional, podemos verificar que essa mudança do padrão de desenvolvimento desigual também ocorre nas regiões geográficas. As mesorregiões do Vale do Itajaí e Serrana têm padrões de desenvolvimento bem desiguais, sendo que a primeira mesorregião é muito mais desenvolvida e é a região com mercado de trabalho mais

protegido do estado. Já entre as seis mesorregiões, a Serrana é a que menos ampliou os empregos formais.

6- CONSIDERAÇÕES FINAIS E PRINCIPAIS TENDÊNCIAS

Os dados mostram que nestes dez anos de análise houve uma maior estruturação do mercado de trabalho em Santa Catarina. Os empregados e os empregadores, foram as categorias que obtiveram as maiores taxas de crescimento anuais, de 3,8% e 1,6%, respectivamente. Além disso, as categorias menos estruturadas obtiveram taxas de crescimento negativas entre os anos abordados. Isso pode indicar uma maior estruturação do mercado de trabalho catarinense, seguindo as transformações ocorridas no mercado de trabalho brasileiro na primeira década do século XXI, rompendo com o processo de desestruturação da década de 1990. Apesar de uma maior estruturação do mercado de trabalho catarinense, ainda existe um percentual considerável de pessoas que trabalham por conta própria, 17,9% da PEA. E os empregados domésticos ainda têm sua maioria fora do mercado protegido.

Com base nos dados da PNAD observamos uma tendência nos grandes setores de atividade entre os anos 2002 e 2011, onde o dinamismo gerador de novas ocupações no mercado de trabalho está fortemente concentrado no setor terciário. Só o comércio é responsável por 42% das 420 mil novas ocupações geradas neste setor entre 2002 e 2011. Enquanto que o setor secundário criou poucas ocupações neste período, o setor primário reduziu fortemente o número de ocupados neste setor.

Apesar da taxa de desemprego aberto de Santa Catarina, calculada a partir dos dados da PNAD, estar em um patamar inferior à do Brasil, verificamos que a taxa de desemprego do estado segue a mesma tendência da taxa de desemprego aberto do país. Em 2011 a taxa de desemprego aberto alcançou seu nível mais baixo tanto em Santa Catarina, 3,5%, quanto no Brasil como um todo, 6,7%.

No que se refere à distribuição do emprego rural e urbano observa-se que houve um aumento das pessoas que tem emprego ou estão à procura de um emprego no meio urbano. No meio rural observou-se que o número de PEA caiu entre 2001 e 2011, o que representou nesse período uma taxa de crescimento média negativa de 1% ao ano. Ao longo do 10 anos verificamos um movimento da população rural em idade ativa, o fluxo vai no sentido de pessoas economicamente ativas que passaram a ser pessoas não

economicamente ativas, este movimento foi puxado principalmente pela população masculina. Dentro da PEA, as mulheres apresentaram um crescimento de 2,1%, superior aos dos homens. Esse movimento foi puxado primordialmente pela PEA feminina urbana.

Os dados mostram que em 2011 60,9% da PEA está no mercado de trabalho protegido e que 382 mil pessoas saíram do mercado de trabalho informal entre os anos de 2002 e 2011. Com relação ao mercado formal, segundo os dados da RAIS, o número de PFT quase dobrou entre os anos 2001 e 2011, sendo que a mulher passou a participar mais do mercado de trabalho formal catarinense, uma vez que o número de mulheres ocupando os postos formais cresceu acima da média estadual e acima da média masculina também. Apesar do aumento dos postos de trabalho formais indicando uma maior estruturação do mercado de trabalho catarinense, mais de 70% dos PFT se concentram nas faixas de rendimento mais precárias, até três salários mínimos.

Com relação aos ramos de atividades, mesmo que o setor secundário ainda tem uma grande importância na geração de empregos formais no estado, puxado principalmente pela indústria de transformação, percebeu-se que os setores de comércio e serviços vêm aumentando sua participação na geração de trabalho em Santa Catarina, sendo que estes cresceram acima da média estadual, 7,5% e 6,6% ao ano, respectivamente.

As mesorregiões que mais contribuíram para a geração de empregos formais para o estado de Santa Catarina foram o Vale do Itajaí e a Grande Florianópolis, cresceram a taxas acima da média estadual, 5,8% ao ano. Já mesorregião Serrana é a região menos dinâmica do estado e, portanto, a que menos gerou PFT.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?**:ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4.ed. Campinas, SP. Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.
- BALTAR, Paulo. **Emprego, política de emprego e política econômica no Brasil**. Escritório da OIT no Brasil. 1 v. (Série Trabalho Decente no Brasil ; Documento de trabalho n.2). Brasília: OIT, 2010.
- CARDOSO, José Álvaro de Lima. **Reestruturação produtiva e mudanças no mundo do trabalho**: um olhar sobre os setores têxtil e alimentício em Santa Catarina. Tubarão: Studium, 2004.
- COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE. **Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente: a experiência brasileira recente**. Brasília: CEPAL/PNUD/OIT, 2008. 176 p. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/arquivos/arqui1220877382.zip>>.
- COUTINHO, Luciano. A terceira revolução industrial e Tecnológica: as grandes tendências de mudança. **Revista Economia e Sociedade**, n.1, ago. 1992.
- GUJARATI, Damodar N. **Econometria Básica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2000.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre a modernidade, São Paulo: Ed. Loyola, 1992. In: ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?**:ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4.ed. Campinas, SP. Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA.Políticas públicas de emprego, trabalho e renda no Brasil. In: _____. Brasil: o estado de uma nação. **Mercado de trabalho, emprego e informalidade**.2006a.cap. 7. p.401. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/estadonacao2006/cap7_politicas.pdf>.
- MATTEI, Lauro F. ; Niederle, Sidnei ; PELED, R. ; LAVRATTI, B. B. . **Evolução do mercado formal de trabalho no estado de Santa Catarina na primeira década do século XXI**. 2012.
- PRONI, Marcelo W.; ROCHA, Thaíssa T. A OIT e a promoção do trabalho decente no Brasil.**Revista da ABET**, Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, vol. IX, n. 1, jan-jun, 2010.
- PRONI, Marcelo W. Trabalho decente e vulnerabilidade ocupacional no Brasil.**IE/UNICAMP**. n.188, 2011, p. 22.
- POCHMANN, Marcio.**A década dos mitos**. São Paulo: Contexto, 2001.
- POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado**: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 2002, p. 34.
- POCHMANN, Marcio. Perspectivas das relações de trabalho no Brasil no começo do século 21. In: CACCIAMALI, Maria Cristina; RIBEIRO, Rosana; MACAMBIRA, Júnior; Org.(s). **Século 21**: transformações e continuidade nas relações de trabalho. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, Banco do Nordeste do Brasil, Universidade de São Paulo, 2011.